

WORKSHOP ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

*Entre barreiras e possibilidades
para Pessoas com Deficiência
Visual e Mobilidade Reduzida*

Katiene Symone de Brito Pessoa
Alícia Tatiane do Vale Barbosa
Lumena Karissa Araújo Lopes

Audiodescrição da capa:

Capa com o título II Workshop de Acessibilidade e Inclusão: Entre Barreiras e Possibilidades para Pessoas com Deficiência Visual e Mobilidade Reduzida, sobre fundo cinza claro, com formas geométricas diversas espalhadas pela página. No canto superior, logos do projeto Acessibilidade e Inclusão, Centro de Educação e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



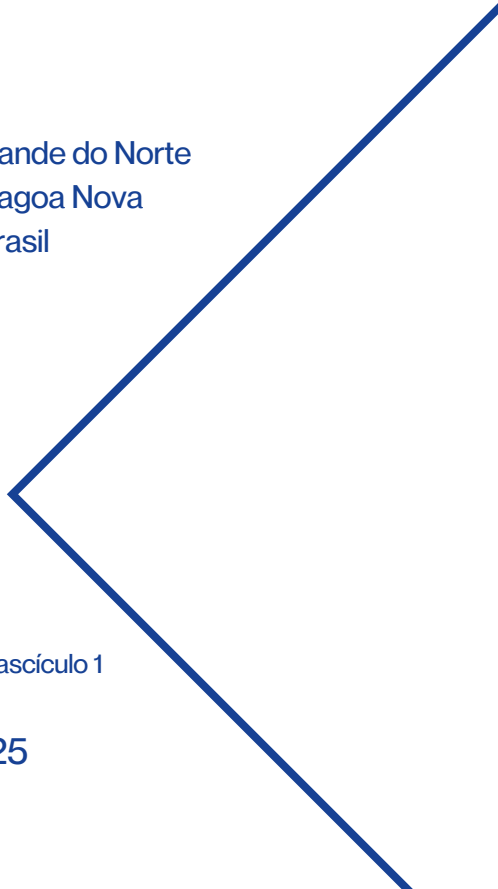
WORKSHOP ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

*Entre barreiras e possibilidades
para Pessoas com Deficiência
Visual e Mobilidade Reduzida*

Centro de Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Campus Universitário UFRN - Lagoa Nova
CEP 59.072-970 | Natal - RN, Brasil

Volume 1, Fascículo 1

2025



Coordenadora Geral:

Katiene Symone de Brito Pessoa

Organização dos anais:

Katiene Symone de Brito Pessoa

Alícia Tatiane do Vale Barbosa

Lumena Karissa Araújo Lopes

Comitê Científico:

Alícia Tatiane do Vale Barborsa

Carla Fabrine Martins Gurgel

Maria Eliza Rocha Silva

Raíssa Luana Figueiredo de Oliveira Marques

Lumena Karissa Araújo Lopes

Thalyne Medeiros da Costa

Comissão Técnica:

Amanda Vitoria Corcino de Carvalho

Jean Sousa de Medeiros Filho

Danielly Vasconcelos de Araújo Queiroz

Suzana Danyelly Costa Carvalho

Projeto Gráfico e organização:

Jean Sousa de Medeiros Filho



Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte Secretaria de Educação a
Distância

Workshop Acessibilidade e Inclusão : Entre barreiras e possibilidades para Pessoas com Deficiência Visual e Mobilidade Reduzida (2. : 2025 : Natal/RN).

[Anais] II Workshop Acessibilidade e Inclusão : Entre barreiras e possibilidades para Pessoas com Deficiência Visual e Mobilidade Reduzida [recurso eletrônico] / organizado por Lumena Karissa Araújo Lopes, Alícia Tatiane do Vale Barbosa e Katiene Symone de Brito Pessoa. – 1. ed. – Natal : SEDIS-UFRN, 2025.

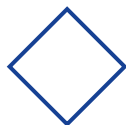
1500 KB : 1 PDF

ISBN978-65-5569-651-6

1. Anais. 2. Workshop - Acessibilidade. 3. Workshop – Inclusão. 4. Pessoa com Deficiência Visual. 5. Mobilidade Reduzida. I. Lopes, Lumena Karissa Araújo. II. Barbosa, Alícia Tatiane do Vale. III. Pessoa, Katiene Symone de Brito.

CDU 617.75
W926

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO



EIXO I

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS INCLUSIVAS

1. Construindo Pontes: A Psicologia Educacional e o Ensino Colaborativo no Contexto da Educação Inclusiva AUTORES: Laura Oliveira; Letícia Silva; Viviane Nascimento	03
2. A Música como Estratégia Pedagógica no Atendimento Educacional Especializado AUTORES: Gislayne Cristina de Araújo Brandão; Rafael Oliveira Freire; Adja Ferreira de Andrade	05
3. A Construção de Materiais Didáticos Inclusivos no Processo de Alfabetização AUTORES: Bianca Gomes; Breno Araújo; Gabriela Santos	07
4. Relatos da Prática Docente na Educação Especial na Perspectiva Inclusiva AUTORES: Adriano Fonseca Constantino	09
5. Percepções de Estudantes Universitários sobre Deficiência e Inclusão na UFRN AUTORES: Jadson Matias Mendes; Louise Kaline Almeida Santos	11
6. Os Princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como Norteadores da Prática Pedagógica na Inclusão Escolar AUTORES: Ivanaldo Paulo da Silva	13
7. Jogos Teatrais e Multissensorialidade: Reflexões Inclusivas sobre o Ensino de Teatro com/para Crianças AUTORES: Jonas dos Santos Araújo; Rivaldo Bevenuto de Oliveira Neto	15
8. Inclusão no Ensino de Arte: Um Olhar pelas Lentes do Autismo AUTORES: Lenise Maciel da Silva Bevenuto de Oliveira; José Américo Lira da Silva	17
9. Deficiência e Inclusão no Ambiente Universitário: Concepções e Vivências de Discentes AUTORES: Letícia Lorrana de Lima Paulino; Vitória Camille de Araújo Mafra	19
10. Concepções e Práticas Inclusivas na Educação Contemporânea AUTORES: Suzana Danielly Carvalho	21
11. Concepções Históricas que Fundamentam a Formação Docente para Educação Especial no Rio Grande do Norte AUTORES: Jammerson Yuri da Silva	23

13. Concepções de Estudantes Universitários sobre Deficiência, Direitos e Acessibilidade: Um Estudo de Campo <i>(versão ampliada)</i> AUTORES: Evely Angel Andrade da Silva; Julia Bonassoli de Melo; Monaliza Fernanda dos Santos Seabra	27
14. Avaliação Acessível como Medida de Equidade Psicoeducacional AUTORES: Amanda Vitoria Corcino Carvalho; Erick Micael de Sousa Gama; Eloyse Albino da Silva	29
15. Arquitetura da Inclusão: Reflexões Sociológicas e Filosóficas sobre Acessibilidade e Justiça Espacial AUTORES: Erick Micael de Sousa Gama; Luzia Nascimento da Silva; Márcia Dayanna de Assis da Costa Victor	31
16. Acessibilidade em Movimento: Adaptação de Jogos Digitais para o Ensino Inclusivo AUTORES: Laura Emily Borges Macêdo; Ana Caroline Bezerra Braga; Rivaldo Bevenuto de Oliveira Neto	33
17. A Inclusão Além da Norma: Práticas Institucionais e a Construção Sensorial da Acessibilidade Universitária AUTORES: Erick Micael de Sousa Gama; Messias Eduardo dos Santos Cardoso	35
18. Práticas Inclusivas no Ensino de Artes Visuais: O Papel da Formação Docente AUTORES: Jarciara Oliveira	37



EIXO II

ENTRE BARREIRAS E POSSIBILIDADES PARA O OLHAR NA DEFICIÊNCIA

1. Acessibilidade Didática no Ensino de Matemática para Docentes com Deficiência Visual AUTORES: Daniel do Nascimento Oliveira; Liliane dos Santos Gutierre	40
2. Critérios de Adequação Didática: Educação Inclusiva, Desenho Universal para Aprendizagem e Didática Multissensorial AUTORES: Raene Galvão Farias; Daniel do Nascimento Oliveira; Liliane dos Santos Gutierre	42
3. O Olhar que Transforma: Acessibilidade como Potência Criativa na Arte-Educação AUTORES: Rayssa de Lima Firmo; Erick Micael de Sousa Gama; Josilene Ferreira Lúcio	44
4. Entre o Olhar e o Silêncio: As Barreiras Atitudinais e a Construção Social da Deficiência AUTORES: Erick Micael de Sousa Gama; Messias Eduardo dos Santos Cardoso	46

5. “Crip Time”, Universidade e Cooperativismo no Campo das Possibilidades

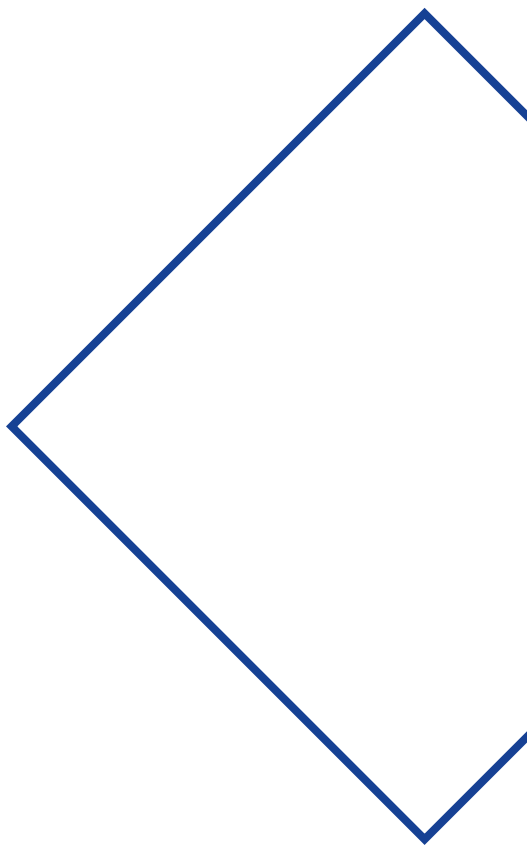
AUTORES: Erick Micael de Sousa Gama; Roseéllene Rúdrya Freire

Jacinto: Luana Karoline do Nascimento Rodrigues48

APRESENTAÇÃO

O presente anais surge a partir do II Workshop de Acessibilidade e Inclusão, promovido pela professora Dr. Katiene Pessoa e sua equipe, composta por graduandos e pós-graduandos, e tem como objetivo refletir sobre as concepções de deficiência e as barreiras e possibilidades de um olhar atento às pessoas com deficiência.

O anais possibilitou a discussão sobre as diversas formas de compreender a deficiência, considerando tanto os aspectos históricos e sociais quanto os desafios enfrentados no dia a dia, bem como as estratégias para promover inclusão efetiva. A partir dessas discussões, buscou-se ampliar a compreensão sobre como eliminar barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, promovendo, assim, um olhar mais acolhedor e inclusivo.



EIXO I

Concepções e Práticas Inclusivas



CONSTRUINDO PONTES: A PSICOLOGIA EDUCACIONAL E O ENSINO COLABORATIVO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

OLIVEIRA, Laura Bandeira Cândido de.

Graduando(a) em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
laura.bandeira.083@ufrn.edu.br.

SILVA, Leticia Gabrielly da Paz Costa.

Graduando(a) em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
leticia.paz.716@ufrn.edu.br.

NASCIMENTO, Viviane Soares do.

Graduando(a) em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
viviane.soares.701@ufrn.edu.br.

O presente trabalho trata sobre uma pesquisa abordando os impactos do ensino colaborativo e da bidocência para a promoção de práticas inclusivas dentro do contexto de sala de aula. O estudo foi desenvolvido a partir de reflexões e pesquisas realizadas no componente curricular Psicologia Educacional II, investigando as relações entre o ensino colaborativo e a psicologia educacional. O trabalho está ancorado no referencial teórico da perspectiva socioconstrutivista, particularmente no conceito de que o desenvolvimento cognitivo se dá por meio de interações sociais em contextos desafiadores (Vygotsky, 1991). O objetivo central é analisar de que maneira a prática docente colaborativa, fundamentada nesses pressupostos psicológicos, pode promover ambientes de aprendizagem inclusivos que valorizem a diversidade discente. Para tanto, foi adotada uma metodologia de revisão bibliográfica sistemática, analisando produções científicas recentes que discutem a implementação do ensino colaborativo na educação básica. Os resultados da análise apontam que a colaboração efetiva entre os docentes, é um potente catalisador para a inclusão, pois permite o planejamento de estratégias pedagógicas diversificadas e responsivas. Contudo, a pesquisa também identificou desafios robustos para essa prática, como a falta de articulação entre os educadores, a carência de tempo institucional para planejamento conjunto e limitações na estruturação do próprio atendimento especializado (Silva; Santos, 2021). Em conclusão, evidencia-se que o ensino colaborativo é uma estratégia fundamental para a efetivação de uma educação inclusiva, mas sua sustentabilidade depende de investimentos sincronizados em formação docente continuada, adequação da infraestrutura escolar e em políticas públicas que criem condições materiais e temporais para a cooperação profissional nas escolas.

Palavras-chave: Psicologia Educacional; Ensino Colaborativo; Interação Social; Educação Especial; Zona De Desenvolvimento Proximal.

Referências

SILVA, Aitan Almeida da; SANTOS, Laudeci Almeida. Ensino regular e atendimento educacional especializado na perspectiva do trabalho colaborativo. Revista Imersão. Bahia, v. 2, n. 3, p. 62-74, 2021. Disponível em: <https://revista.fcgedu.com.br/index.php/1/issue/view/3>. Acesso em: 29 de nov. 2024.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. Tradução: Mônica Silva. 4º ed. São Paulo: Livraria Fontes Editora, 1991. p. 11 e 41.

A MÚSICA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

BRANDÃO, Gislayne Cristina de Araújo.

Mestra em Inovação em Tecnologias Educacionais – Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais – PPgITE, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
gislaynebrandao@gmail.com..

FREIRE, Rafael Oliveira.

Mestre em Inovação em Tecnologias Educacionais – Programa de Pós-graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais – PPgITE, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
rafael.freire.013@ufrn.edu.br.

ANDRADE, Adja Ferreira de.

Doutora em Informática na Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais – PPgITE, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
adja@imd.ufrn.br.

Este trabalho aborda o uso da música como recurso pedagógico utilizado no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ressaltando o seu potencial para estimular a aprendizagem, a comunicação e a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas. O objetivo é refletir sobre práticas pedagógicas que utilizaram a música como ferramenta de mediação, observando sua influência no engajamento, na expressão e no desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais dos discentes. A metodologia adotada foi um relato de experiência, de natureza qualitativa e descritiva, fundamentado nas observações e registros realizados durante as atividades musicais realizadas no AEE. As ações foram desenvolvidas com base em princípios da inclusão e valorização das diferentes formas de aprender, buscando desenvolver a participação ativa dos estudantes em atividades sonoras, rítmicas e expressivas. Os resultados observados evidenciam que a música contribuiu para desenvolver a atenção, a concentração e a interação social dos estudantes, além de estimular a criatividade e a autonomia. As experiências analisadas demonstram que o uso da música no AEE é uma prática com grande potencial, capaz de tornar a sala de aula em um ambiente mais acolhedor e participativo para atender as especificidades de cada estudante. Desse modo, este trabalho reforça a importância da música como recurso inclusivo e interdisciplinar, que auxilia para o desenvolvimento integral dos alunos.

Palavras-chave: música; inclusão; aprendizagem; práticas pedagógicas; atendimento educacional especializado.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC; SEB, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRÉSCIA, V. L. P. Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva. 1. ed. São Paulo: Átomo, 2003.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

A CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS INCLUSIVOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

GOMES, Bianca Alexandria.

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
abiancacatuu@gmail.com

ARAÚJO, Brena Maria Nascimento de.

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
bre.araujooo@gmail.com

SANTOS, Gabriela Cuebas dos.

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte
gabriela.cuebas.503@ufrn.edu.br

O presente trabalho resulta de uma pesquisa desenvolvida no componente Ateliê Articulador de Saberes IV e tem como foco a elaboração de dois materiais didáticos inclusivos, construídos a partir da realidade observada em uma turma de 1o ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal José Andrade Frazão, localizada na zona norte de Natal/RN. A turma é composta por 25 alunos, sendo quatro deles com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo um estudante não verbal. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, pautada em entrevistas e visitas à instituição escolar, além de possuir caráter teórico, buscando fundamentar a prática pedagógica em referenciais que discutem a educação inclusiva, a acessibilidade e a importância de recursos adaptados para o processo de ensino-aprendizagem. O estudo parte do pressuposto de que a inclusão efetiva se constrói a partir da escuta atenta às necessidades dos alunos e da criação de estratégias que respeitem suas singularidades, valorizando a aprendizagem por meio da experiência sensorial, visual e tátil. Como resultado, foram desenvolvidos dois materiais pedagógicos inclusivos: a adaptação do livro *O Menino Azul*, de Cecília Meireles, com a inserção de elementos táteis e sensoriais que possibilitam a exploração multissensorial da obra e a adaptação do texto em comunicação alternativa. E o dominó de rimas elaborado a partir das palavras do livro, incorporando também os recursos de comunicação alternativa para favorecer a participação dos estudantes com TEA. Dessa forma, o trabalho reforça a importância da produção de materiais didáticos acessíveis e criativos que promovam a equidade no ambiente escolar e estimulem o envolvimento de todas as crianças no processo de alfabetização, consolidando a prática pedagógica inclusiva como um compromisso ético e social da educação contemporânea.

Palavras-chave: Inclusão; Alfabetização; Acessibilidade; Comunicação Alternativa; Material Didático.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi Alves et al. Jogos de alfabetização: manual didático e 10 jogos para você levar para a sala de aula! Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Estudos em Educação e Linguagem – CEEL; Associação Nova Escola, 2020.

SOARES, Magda. Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2023.

RELATOS DA PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

CONSTANTINO, Adriano Fonseca.

Mestrando em Ciências da Educação; World University Ecumenical;

misteradrianofc@gmail.com

O presente trabalho objetiva descrever relatos da prática de duas professoras da educação especial da Escola Municipal Professor Cícero Varela, município de João Câmara-RN. A escola é a maior da rede municipal e trabalha os anos finais do ensino fundamental, durante os turnos matutino e vespertino e a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) no turno noturno. A partir dos relatos e do arcabouço teórico Castro e Pimentel (2009), Schoen-Ferreira et. al. (2010) foi possível fazer uma descrição e perceber a conexão entre o que é dito pelas docentes com o que é abordado pelos autores em suas obras. As alunas possuem deficiências distintas, como epilepsia, retardo mental que, apesar de serem condições neurológicas, se diferenciam devido a primeira afetar o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo do indivíduo e a segunda apresentar déficit cognitivo, ou seja, é caracterizada por uma capacidade intelectual inferior à normal; e por último temos a síndrome de down que se trata de um acidente genético e não uma doença propriamente dita. Às alunas foram dados nomes fictícios para preservar a identidade destas. De acordo com os relatos das professoras, o avanço das discentes foi considerado positivo, no entanto a pouca estrutura da escola trava um melhor desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem, sobretudo quando se fala em educação especial na perspectiva inclusiva, pois incluir não é somente estar numa sala de educação regular, está além disso. Trata-se de proporcionar um ambiente de qualidade para acolher essas crianças e adolescentes que chegam com deficiências múltiplas ao espaço escolar.

Palavras-chave: Educação Especial; Relatos; Descrição; Educação Inclusiva

Referências

CASTRO, Antonilma Santos Almeida; PIMENTEL, Susana Couto. Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. Salvador: EDUFBA, 2009.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena et al. Dificuldades de aprendizagem e retardo mental: estudo de caso. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 1 n. 1, p. 33-42, jan./jun. 2010.

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO NA UFRN

MENDES, Jadson Matias.

Graduando em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
jadson.mendes@ufrn.br

SANTOS, Louise Kaline de Almeida.

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
louisealmeida.eventos@gmail.com

Este trabalho apresenta uma análise sobre as concepções e percepções de estudantes de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) a respeito das pessoas com deficiência e da inclusão no ambiente universitário. A pesquisa, desenvolvida na disciplina Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva, teve como objetivo compreender como os discentes percebem a deficiência e o nível de efetivação da inclusão no contexto acadêmico. A metodologia consistiu na aplicação de um questionário eletrônico, com três grupos de questões: perfil dos respondentes, compreensão sobre deficiência e conhecimento sobre direitos e acessibilidade. Participaram 36 estudantes, majoritariamente do curso de Pedagogia. Os resultados revelam que 60,07% dos respondentes compreendem a deficiência sob o modelo biopsicossocial, seguido do modelo social (25%), evidenciando uma visão alinhada às concepções contemporâneas de inclusão. Contudo, 78,6% afirmaram conhecer apenas parcialmente os direitos das pessoas com deficiência, e 89,03% consideram que esses direitos são respeitados apenas em parte na universidade. A estrutura institucional foi avaliada como parcialmente acessível, com destaque para a falta de intérpretes de Libras e outros recursos de apoio. Apesar das limitações apontadas, todos os participantes reconhecem a importância da inclusão, demonstrando avanços na percepção e sensibilidade sobre o tema. Conclui-se que a formação inicial tem papel fundamental na consolidação de práticas inclusivas e no enfrentamento dos preconceitos históricos que ainda permeiam a sociedade.

Palavras-chave: deficiência; inclusão; ensino superior; percepção; educação inclusiva.

Referências

CORRENT, Nikolas. Da Antiguidade à Contemporaneidade: A deficiência e suas concepções. São Luís: FESL, 2016.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, Brasília, 2008.

OS PRINCÍPIOS DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA) COMO NORTEADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO ESCOLAR

SILVA, Iveraldo Paulo da

Graduando em Pedagogia; Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, Natal, Brasil.
ivanaldo.paulo.121@ufrn.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem de forma a utilizá-los como norteadores da prática pedagógica na perspectiva da inclusão escolar, desse modo, apresentando os princípios e suas contribuições diante de uma educação para todos. Faz-se uso da metodologia bibliográfica, tendo como exercício a revisão da literatura a respeito da temática, assim, realiza-se às leituras de livros, teses, dissertações e artigos a respeito do assunto, em consonância com o estudo sistematizado. O espaço educacional, atualmente, apresenta-se uma diversidade de sujeitos, portanto, um lugar de diferenças e especificidades que precisam ser respeitadas e incluídas dentro da escola, ou melhor, na educação. Nessa lógica, percebe-se que a escola tem vivenciado novos desafios quando a inclusão escolar, outrossim, evidencia uma urgência em acolher os educadores diante da pluralidade dos sujeitos, e tão pouco tempo para planejar, executar, refletir e dialogar, dessa forma, nasce uma preocupação na prática pedagógica diante do processo de ensino e aprendizado universal, ou seja, que inclua e garanta a participação e o desenvolvimento de todos. Os resultados derivados da pesquisa permitem compreender que os princípios do DUA possibilitam a atuar na prática pedagógica, de maneira a contribuir com o tempo de planejamento dos educadores nas estratégias de adaptações, isto é, de garantir à educação, a acessibilidade e a participação, perpassando, inicialmente, o interesse dos sujeitos, como seus gostos, suas motivações, atravessando as múltiplas formas de representação e, por fim, ancorando nas múltiplas formas de ação e expressão, como pintura, colagem, teatro e avaliação contínua, não só comunicando com a própria prática pedagógica, mas também mostrando novos aportes para a inclusão escolar. Assim, evidencia a potencialidade dos princípios perante a prática pedagógica, de modo a nortear os caminhos dessa ação, tornando acessível o processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Desenho Universal para Aprendizagem; Educação Universal; Prática Pedagógica.

Referências

ARAÚJO, Elma Cristina Lima de. et al.. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): princípios e prática para um currículo inclusivo. *Missioneira*, Rio Grande do Sul, v.27, n.1, p. 31-42, maio. 2025. Disponível em:

<https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/19>. Acesso em: 02 nov. 2025.

ROSALIN, Mariliz Cristiane. Desenho Universal para a Aprendizagem: contribuições à prática pedagógica. 2022. 55 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Estadual do Paraná, Paranaguá, 2022. Disponível em:

[https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/740353/2/MARILIZ-Produto%20Educatonal %20e-book.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/740353/2/MARILIZ-Produto%20Educatonal%20e-book.pdf). Acesso em: 30 out. 2025.

JOGOS TEATRAIS E MULTISSENSORIALIDADE: REFLEXÕES INCLUSIVAS SOBRE O ENSINO DE TEATRO COM/PARA CRIANÇAS

ARAÚJO, Jonas dos Santos.

Graduando em Teatro; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
jhonnasf55@gmail.com

OLIVEIRA NETO, Rivaldo Bevenuto de.

Doutor e mestre em educação; Especialista em Atendimento Educacional
Especializado; Graduado em
Pedagogia e Artes Visuais; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
rivaldobevenuto@nei.ufrn.br

Este relato apresenta uma reflexão construída a partir do plano de iniciação científica “Arte e Multissensorialidade: diálogos inclusivos com a arte contemporânea”, vinculado ao projeto de pesquisa “Linguagem Teatral na Escola da Infância”. O objetivo foi investigar como práticas teatrais multissensoriais podem favorecer a inclusão de crianças na Educação Infantil. A partir dessa vivência investigativa, revisitamos uma prática pedagógica realizada com crianças da turma 4 do NEI-CAP/UFRN, envolvendo jogos teatrais inspirados em Viola Spolin e fundamentados na fenomenologia de Merleau-Ponty. A metodologia adotada incluiu atividades que exploraram percepções sonoras, visuais e táteis, promovendo a escuta coletiva, a consciência corporal e a criação de personagens. A experiência evidenciou que o uso do lúdico ampliou a participação de crianças com Transtorno do Espectro Autista, especialmente em relação à oralização seletiva observada no cotidiano. Com os jogos, houve maior interação com os colegas e professores, revelando o potencial da linguagem teatral como prática acessível e sensível. A iniciação científica permitiu aprofundar conceitos como corporeidade, alteridade e acessibilidade, contribuindo para a construção de estratégias pedagógicas que valorizam a diversidade e promovem a inclusão. O teatro, nesse contexto, se afirma como caminho potente para o ensino na escola da infância, articulando arte, sensibilidade e equidade.

Palavras-chave: teatro na infância; multissensorialidade; inclusão; corporeidade;

Referências

ARAÚJO, J. dos S. .; NETO, R. B. de O. .; ALVES, J. F. .
Crianças em cena: percepções sonoras, visuais e táteis no
jogo teatral. Cadernos de Estágio, v. 6, n. 3, 2024. DOI:
10.21680/2763-6488.2024v6n3ID38655.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção.
Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo:
Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA NETO, Rivaldo Bevenuto de Oliveira. Arte
contemporânea, corpo e experiência multissensorial:
diálogos inclusivos na formação de professores das
infâncias. 2024. Tese (Doutorado em Educação) –
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

INCLUSÃO NO ENSINO DE ARTE: UM OLHAR PELAS LENTES DO AUTISMO

OLIVEIRA, Lenise Maciel da Silva Bevenuto de.

Mestre em Educação Especial, graduada em Pedagogia com aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; SEEC/RN; lenisemaciel@yahoo.com.br.

SILVA, José Américo Lira da.

Graduado em Letras Língua Espanhola; SEEC/RN.

O trabalho apresenta um registro pedagógico no ensino de Arte com foco na fotografia desenvolvido com estudantes do 7º ano da Escola Estadual Manoel Severiano, em Riachuelo - RN, com o propósito de promover a inclusão de um estudante com Transtorno do Espectro Autista por meio da linguagem artística. O objetivo foi explorar a fotografia como meio de expressão, sensibilização e diálogo sobre neurodiversidade no ambiente escolar, favorecendo a participação ativa de todos. A metodologia envolveu encontros formativos com a turma, rodas de conversa sobre respeito e identidade, observação do cotidiano escolar, planejamento de cenas e produção de imagens pelos próprios estudantes, seguidos de momentos de curadoria coletiva e reflexão. O processo priorizou acessibilidade comunicacional, acolhimento das diferenças e estímulos visuais e táteis adequados. Como principais resultados, destacam-se o engajamento do estudante nas atividades, a ampliação das interações entre colegas, o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a valorização da fotografia como prática pedagógica inclusiva. As imagens e relatos indicam mudanças de atitude, maior escuta e reconhecimento das singularidades, além do desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Conclui-se que a experiência contribuiu para uma cultura escolar mais empática, criativa e colaborativa, evidenciando a potência da arte para mediar aprendizagens e promover inclusão de forma sensível e significativa.

Palavras-chave: arte; fotografia; autismo; inclusão.

Referências

BARROS, Diana de Souza. Fotografia e educação: imagens que ensinam. São Paulo: Cortez, 2012.

MAGALHÃES, Rita de Cássia. Educação inclusiva: desafios e possibilidades para a prática docente. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2003. p. 89–102.

OLIVEIRA, Rivaldo Bevenuto de. Arte contemporânea, corpo e experiência multissensorial: diálogos inclusivos na formação de professores das infâncias. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. → Fundamenta práticas artísticas inclusivas com foco na multissensorialidade e na formação docente sensível à diversidade.

DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: CONCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE DISCENTES

PAULINO, Leticia Lorrana de Lima.

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

leticia.lima.084@ufrn.edu.br

MAFRA, Vitória Camille de Araújo.

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

vitória.araujo.710@ufrn.edu.br

Este relatório apresenta os resultados de uma pesquisa de campo realizada com 24 estudantes universitários de cursos na área de exatas e biológicas de diferentes períodos acadêmicos, com o objetivo de compreender suas concepções sobre deficiência, inclusão, deficiência e acessibilidade no contexto da educação superior. A pesquisa utilizou um questionário online composto por 23 questões, abrangendo aspectos como: definição de deficiência, modelos de concepção, percepção sobre normativas legais, experiências acadêmicas, acessibilidade estrutural e digital e vivências de preconceito ou exclusão. Historicamente, desde a antiguidade até os dias atuais, as pessoas com deficiência passaram por diversas formas de exclusão, preconceito e discriminação, variando entre momentos de aceitação restrita até ações de separação e eliminação, como evidencia o artigo "Breve histórico de deficiência e seus paradigmas" de Fernandes, Schlesener e Mosquera, pois, ainda que exista normativas legais que garante a igualdade de oportunidades e acessibilidade às pessoas com deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no 13.146. Nessa lógica, os resultados mostram que a maioria dos estudantes adotam concepções do modelo médico, enquanto outros adotam concepções alinhadas ao modelo social e biopsicossocial da deficiência, compreendendo-a como uma condição atravessada por barreiras impostas pela sociedade. A maioria dos universitários da pesquisa reconhecem avanços na inclusão e identificam que ainda persistem desafios relacionados à acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Sendo assim, conclui-se que, apesar de avanços na conscientização, há necessidade de garantir a plena inclusão de pessoas com deficiência na educação superior. Dessa forma, com

base nos dados levantados, observa-se que, a presença do modelo médico e a confusão conceitual de parte dos discentes demonstram que esse olhar inclusivo ainda não está consolidado, e, por isso, é fundamental que as universidades assumam a responsabilidade de fortalecer o modelo social de educação, desenvolvendo práticas educativas que transforme a inclusão em prática efetiva e cotidiana.

Palavras-Chaves: Deficiência; Acessibilidade; Inclusão; Educação Superior; Direitos Humanos.

Referências

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. Revista do núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba, 2011.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

CARVALHO, Suzana Danielly.

suzanad.carvalho1340@gmail.com

O presente trabalho aborda as concepções e práticas inclusivas no contexto educacional contemporâneo, com o intuito de compreender como as ações pedagógicas podem favorecer a efetiva inclusão de estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas. O estudo tem como objetivo analisar as estratégias adotadas por professores e escolas para promover uma educação mais equitativa, considerando os princípios da diversidade, do respeito e da valorização das diferenças. A metodologia utilizada fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e análise de relatos de experiências de docentes da educação básica permitindo compreender as práticas aplicadas e seus impactos na inclusão escolar. Para fundamentar esta pesquisa, foram considerados autores como Mantoan (2003) e Freire (1996), que discutem o papel transformador da educação e a importância da inclusão como prática humanizadora. Os resultados evidenciam que, embora existam avanços nas políticas públicas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), e em formações voltadas à inclusão, persistem desafios significativos relacionados à estrutura física das escolas, à resistência de alguns profissionais e à falta de recursos pedagógicos adaptados. Observa-se que práticas inclusivas efetivas demandam planejamento intencional, reflexão constante e o compromisso coletivo da comunidade escolar. Conclui-se que a inclusão escolar vai muito além da presença física dos alunos com deficiência, exigindo transformações profundas nas concepções pedagógicas, na postura docente e nas práticas institucionais. Trata-se de construir uma escola capaz de acolher, respeitar e potencializar as singularidades de cada estudante, reconhecendo a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo. Políticas públicas e formações docentes são essenciais, mas não suficientes; é preciso um compromisso crítico da comunidade escolar em questionar padrões históricos de exclusão, atitudes discriminatórias e a ideia de normalidade que ainda permeia muitas instituições. Promover a educação inclusiva é, portanto, investir em práticas que formem sujeitos críticos, autônomos e sensíveis às questões de justiça social, equidade e respeito à diferença, contribuindo efetivamente para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Palavras-chave: inclusão; diversidade; práticas pedagógicas; equidade; educação.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

CONCEPÇÕES HISTÓRICAS QUE FUNDAMENTAM A FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO RIO GRANDE DO NORTE

SILVA, Jammerson Yuri da.

Pedagogo, Mestre em Educação e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN,
jammerson_yuri@hotmail.com.

O presente estudo analisa as concepções e práticas inclusivas na formação docente para Educação Especial e Inclusiva, focalizando o componente curricular "Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva", ofertado no curso de Especialização em Educação Inclusiva a distância do IFRN – Campus Avançado Natal – Zona Leste. O objetivo central é avaliar o impacto dessa formação na compreensão das demandas da Educação Inclusiva e na incorporação de práticas pedagógicas que promovam a inclusão e a visibilidade dos sujeitos com necessidades educacionais específicas. Fundamentado teoricamente na História da Educação sob a perspectiva da nova História Cultural, o estudo dialoga com autores consagrados e realiza uma revisão crítica do arcabouço legal brasileiro pertinente, como a Constituição Federal, a Política Nacional de Educação Especial e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Metodologicamente, a pesquisa utilizou um formulário qualitativo aplicado a 185 estudantes, contendo 19 questões fechadas e uma aberta, cujo tratamento dos dados combinou análise estatística descritiva e análise de conteúdo, permitindo uma avaliação abrangente da efetividade do componente curricular. Os resultados indicam ampla aceitação da metodologia e conteúdo do curso, com 99,2% dos participantes reconhecendo a contribuição para o aprendizado e 98,4% confirmando a relevância para a compreensão dos temas relativos à Educação Especial. Reflexões coletadas evidenciam a necessidade de maior flexibilidade nos prazos e ampliação dos encontros síncronos para melhor atender às demandas dos cursistas, assim como o reconhecimento da importância do suporte humano no processo formativo. Em síntese, o trabalho reforça a relevância da formação continuada de professores para promover práticas pedagógicas inclusivas alinhadas às políticas públicas vigentes, ressaltando o desafio sociopolítico da Educação Inclusiva e a

busca contínua por ambientes educacionais acessíveis e equitativos, essenciais para a efetivação dos direitos educacionais de pessoas com deficiência ou em condição de no contexto do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Formação Docente; Fundamentos da Educação; Educação Especial; História da Educação.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.

MAGALHÃES, Justino. Tecendo nexos: história das instituições educativas. São Paulo: EDUSF, 2004.

SILVA, J. Y. da; VIEIRA, A. C. de O.; MEDEIROS NETA, O. M. de. José Álvares de Azevedo e a circulação de ideias sobre a educação de cegos no Brasil no século XIX. History of Education in Latin America – HistELA, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e38788, 2024.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.

CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE DEFICIÊNCIA, DIREITOS E ACESSIBILIDADE: UM ESTUDO DE CAMPO.

SILVA, Evely Angel Andrade da

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
angel.silva.703@ufrn.edu.br

MELO, Julia Bonassoli de

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
jbonassolidm@gmail.com.br

PAULINO, Leticia Lorrana de Lima

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
leticia.lima.084@ufrn.edu.br

SEABRA, Monaliza Fernanda dos Santos

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
monaloza.seabra.711@ufrn.edu.br

MAFRA, Vitória Camille de Araújo

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
vitoria.araujo.704@ufrn.edu.br

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de campo realizada com 24 estudantes universitários de cursos na área de humanas de diferentes períodos acadêmicos, com o objetivo de compreender suas concepções sobre deficiência, inclusão, deficiência e acessibilidade no contexto da educação superior. A pesquisa utilizou um questionário online composto por 23 questões, abrangendo aspectos como: definição de deficiência, modelos de concepção, percepção sobre normativas legais, experiências acadêmicas, acessibilidade estrutural e digital e vivências de preconceito ou exclusão. Historicamente, desde a antiguidade até os dias atuais, as pessoas com deficiência passaram por diversas formas de exclusão, preconceito e discriminação, variando entre momentos de aceitação restrita até ações de separação e eliminação, como evidencia o artigo "Breve histórico de deficiência e seus paradigmas" de Fernandes, Schlesener e Mosquera, pois, ainda que exista normativas legais que garante a igualdade de oportunidades e acessibilidade às pessoas com deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência,

no 13.146. Nessa lógica, os resultados mostram que a maioria dos estudantes adotam concepções do modelo médico, enquanto outros adotam concepções alinhadas ao modelo social e biopsicossocial da deficiência, compreendendo-a como uma condição atravessada por barreiras impostas pela sociedade. A maioria dos universitários da pesquisa reconhecem avanços na inclusão e identificam que ainda persistem desafios relacionados à acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Sendo assim, conclui-se que, apesar de avanços na conscientização, há necessidade de garantir a plena inclusão de pessoas com deficiência na educação superior. Dessa forma, com base nos dados levantados, observa-se que, a presença do modelo médico e a confusão conceitual de parte dos discentes demonstram que esse olhar inclusivo ainda não está consolidado, e, por isso, é fundamental que as universidades assumam a responsabilidade de fortalecer o modelo social de educação, desenvolvendo práticas educativas que transforme a inclusão em prática efetiva e cotidiana.

Palavras-Chaves: Deficiência; Acessibilidade; Inclusão; Educação Superior; Direitos Humanos.

Referências

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. Revista do núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba, 2011.

AVALIAÇÃO ACESSÍVEL COMO MEDIDA DE EQUIDADE PSICOEDUCACIONAL

GAMA, Erick Micael de Sousa

Graduando em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
sousa.gama.095@ufrn.edu.br

CARVALHO, Amanda Vitoria Corcino

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
amanda.carvalho.121@ufrn.edu.br

SILVA, Eloyse Albino da

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
eloyse.albino.704@ufrn.edu.br

Este trabalho investiga a crítica junção entre acessibilidade educacional e psicologia do aprendizado, defendendo que a reestruturação dos processos avaliativos constitui um pilar fundamental para a efetivação de uma educação inclusiva. O objetivo principal é demonstrar que a ansiedade de desempenho, opera como uma barreira invisível, que compromete a avaliação autêntica do conhecimento e do potencial real de alunos neurodivergentes, com transtornos de ansiedade ou mesmo sob condições contextuais temporárias de estresse. A metodologia adotada é de natureza teórico-reflexiva, se baseando de forma consistente em referenciais da psicologia educacional. A investigação problematiza o cenário avaliativo convencional, justificando que este modelo ignora a vasta variabilidade neurocognitiva e a complexa dimensão psicoafetiva do corpo discente. Como reflexão central, o estudo defende que a provisão de condições diferenciadas e a oferta de recursos adaptados não configuram um benefício ou concessão, mas sim uma medida de acessibilidade psicológica essencial. Tais práticas têm por finalidade isolar e evitar o fator de interferência representado pela ansiedade disfuncional, permitindo que o foco do avaliador se restrinja com maior precisão às competências, habilidades e saberes efetivamente construídos pelo estudante. Conclui-se, portanto, que reimaginar e reestruturar os mecanismos de avaliação sob esta ótica mais ampla e humana representa um passo vital e transformador para a desconstrução de barreiras atitudinais enraizadas e para a operacionalização concreta de uma inclusão que ultrapasse a mera retórica e o acesso físico, garantindo, em última instância, justiça e equidade substantivas nas oportunidades de aprendizagem e de demonstração de competências por parte de todos os estudantes.

Referências

FONSECA, Thaisa da Silva; FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger; NEGREIROS, Fauston. Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores. *Rev. bras.*

SIOCHI, Jocelyn; VIDALLON, Shiela Lucero. Feedback de avaliação formativa e ansiedade de teste no desempenho acadêmico de alunos do ensino médio no ensino médio. *Diversitas Journal*, [S. l.], v. 10, n. 4, p. 1393–1408, 2025.

GOMES, Guadalupe Brandão de Souza; RODRIGUES, Silvia Adriana; GIARETA, Paulo Fioravante. A avaliação escolar na perspectiva inclusiva: dados de um estudo de revisão. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 12, n. 30, p. 285-305, 2 jan.2025.

ARQUITETURA DA INCLUSÃO

REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS E FILOSÓFICAS SOBRE ACESSIBILIDADE E JUSTIÇA ESPACIAL

GAMA, Erick Micael de Sousa

Graduando em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
sousa.gama.095@ufrn.edu.br

SILVA, Luzia Nascimento da

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
luzia.silva.700@ufrn.edu.br

VICTOR, Márcia Dayanna de Assis da Costa

Graduada em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
marciadayanna345@gmail.com

O presente trabalho reúne reflexões desenvolvidas a partir de estudos interdisciplinares nos campos da Sociologia, Filosofia e Arquitetura, voltados à compreensão crítica das práticas inclusivas e das formas de exclusão materializadas no espaço urbano e institucional. O tema central aborda a relação entre acessibilidade, mobilidade e arquitetura hostil, entendendo o ambiente construído como expressão de valores sociais, políticos e culturais. O objetivo é discutir como o planejamento e o desenho dos espaços podem reproduzir desigualdades ou, ao contrário, favorecer a equidade, o pertencimento e a dignidade humana. A metodologia baseia-se em análise conceitual e revisão teórica de autores que tratam da justiça espacial, do direito à cidade e da ética da diferença, articulando perspectivas filosóficas e sociológicas à prática projetual e ao pensamento urbano contemporâneo. As reflexões apontam que a inclusão não se resume à adaptação física ou ao cumprimento de normas técnicas, mas implica uma postura ética que reconhece a diversidade dos corpos, tempos e modos de habitar. O trabalho defende a noção de que a mobilidade urbana e a arquitetura inclusiva devem ser concebidas como instrumentos de emancipação e não de segregação, promovendo a presença plena de todos nos espaços públicos e educativos. Concluindo que repensar a cidade sob a ótica da inclusão significa repensar o próprio conceito de humanidade, deslocando o foco da eficiência e do controle para o cuidado, a empatia e a convivência. Assim, a acessibilidade transforma-se numa linguagem política e cultural, capaz de traduzir, no concreto das formas e percursos, os princípios de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão; Mobilidade Urbana; Arquitetura Hostil; Ética Do Espaço.

Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória da Anunciação; PADUA, Rafael Faleiros de. Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Contexto, 2017

MACHADO, Rafael Moreno Rodrigues Silva; LEHFELD, Lucas de Souza. A arquitetura hostil como violação ao direito difuso à cidade. Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, v. 16, n.01, 2024, p. 509-527

LE MOS, José Carlos Freitas. Arquitetura ética da alteridade. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação); Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ACESSIBILIDADE EM MOVIMENTO: ADAPTAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS PARA O ENSINO INCLUSIVO

MACÊDO, Laura Emily Borges.

Graduanda em Artes Visuais; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; laura.macedo.104@ufrn.edu.br

BRAGA, Ana Caroline Bezerra

Graduanda em Artes Visuais; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; ana.braga.124@ufrn.edu.br

OLIVEIRA NETO, Rivaldo Bevenuto de

Professor do NEI-CAp/UFRN; Graduado em Pedagogia e Artes Visuais; Mestre e Doutor em Educação pelo PPGED/UFRN; Supervisor do PIBID - Artes Visuais no NEI-CAp/UFRN; rivaldobevenuto@nei.ufrn.br

Este relato apresenta uma prática pedagógica inclusiva desenvolvida com uma turma do 3o ano do ensino fundamental do Núcleo de Educação da Infância (NEI), Colégio de Aplicação da UFRN. A experiência teve como foco a adaptação de jogos digitais para um estudante com baixa visão e autismo, buscando promover sua participação e autonomia nas atividades escolares. O objetivo foi investigar como o uso de tecnologias acessíveis pode favorecer a aprendizagem lúdica e a inclusão de crianças com deficiência visual. Em concordância com Huizinga (2010) compreende-se que o jogo é um elemento essencial e autônomo da experiência humana, sendo por meio dele que a civilização nasce e se desenvolve. A metodologia envolveu o uso de um tablet como recurso principal, com ajustes que ampliaram as imagens e substituíram a interação por mouse pelo toque direto na tela, facilitando o reconhecimento visual e a navegação no jogo. Durante a atividade, o estudante demonstrou entusiasmo, engajamento e maior compreensão das dinâmicas propostas, explorando as possibilidades de interação tátil de forma independente. As observações revelaram que pequenas adaptações nos recursos digitais podem gerar impactos significativos na inclusão e na participação ativa dos alunos, especialmente quando o lúdico é integrado ao processo educativo. A prática também evidenciou a importância de o professor atuar como

mediador sensível e criativo, capaz de reconhecer as singularidades de cada criança e transformar o ambiente escolar em um espaço acessível e acolhedor. A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) assegura que pessoas com deficiência tenham acesso a recursos e tecnologias assistivas que promovam sua autonomia, mobilidade e qualidade de vida, dessa forma, o uso do jogo digital adaptado mostrou-se uma estratégia eficaz para fortalecer a autonomia, a confiança e o vínculo com o aprendizado, contribuindo para a efetivação da inclusão escolar.

Palavras-chave: jogos digitais; inclusão; acessibilidade.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei no 13.146. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 29 out. 2025.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. (Coleção Estudos).

A INCLUSÃO ALÉM DA NORMA:

PRÁTICAS INSTITUCIONAIS E A CONSTRUÇÃO

SENSORIAL DA ACESSIBILIDADE

UNIVERSITÁRIA

GAMA, Erick Micael de Sousa

Graduando em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do
Norte; sousa.gama.095@ufrn.edu.br.

CARDOSO, Messias Eduardo dos Santos

Graduando em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do
Norte; messias.cardoso.111@ufrn.edu.br

A efetivação da inclusão nas universidades vai muito além do cumprimento das normas técnicas de acessibilidade. Rampas, pisos táteis e banheiros adaptados são importantes, mas insuficientes quando o que se busca é uma cultura universitária verdadeiramente inclusiva e sensível à diversidade humana. Este trabalho, de caráter teórico-reflexivo, objetiva discutir as concepções e práticas inclusivas a partir do modelo social da deficiência, da fenomenologia do corpo e das pedagogias críticas, entendendo a inclusão como um processo ético, político e relacional. A reflexão parte da compreensão de que a deficiência não está no indivíduo, mas nas barreiras simbólicas, culturais e estruturais que o ambiente impõe, barreiras estas que moldam comportamentos, currículos e percepções de pertencimento. Assim, a acessibilidade precisa ser concebida como uma experiência viva que envolve o corpo, o espaço e a relação com o outro, sendo constantemente recriada nas práticas cotidianas. O texto defende que a inclusão é uma práxis transformadora, que exige da universidade o rompimento com posturas burocráticas e a adoção de ações críticas, criativas e humanizadoras. Argumenta-se que a verdadeira acessibilidade universitária se mede menos por estruturas físicas e mais por rotinas institucionais que promovem agência, autonomia e reconhecimento mútuo. Ao ressignificar o espaço acadêmico como território de múltiplas presenças e vozes, a universidade assume o compromisso de se tornar um ambiente de diálogo, onde estar é também poder participar, aprender e transformar o mundo em comum. Pretende-se, então, políticas formativas permanentes, co-design com pessoas com deficiência e avaliação crítica contínua das práticas institucionais como caminho prático e transformador essencial.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Pedagogia Crítica; Deficiência; Universidade

Referências

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência. *Rev. Educ. Polít. Debate*, Uberlândia, v.12, 3, p. 1132-1150, set 2023.

SILVA, Jackeline Susann Souza da. Revisitando a Acessibilidade a partir do Modelo Social da Deficiência: Experiências na Educação Superior. *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 31, n. 60, p. 197–214, 2018.

VILAFORTE, Rejane Alves de Souza. Desafios e oportunidades na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. *Revista Presença Geográfica*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 189–203, 2024.

Práticas Inclusivas no Ensino de Artes Visuais: O Papel da Formação Docente

OLIVEIRA, Jarcia

jarciaaoliveira@gmail.com

O presente estudo discute a importância da formação docente para o desenvolvimento de práticas inclusivas no ensino de artes, compreendendo a arte como uma linguagem que favorece a criatividade, expressão, socialização e desenvolvimento crítico dos estudantes, com ou sem deficiência. A pesquisa parte da necessidade em refletir nas lacunas existentes na formação docente, considerando a preparação do professor para atuar diante da diversidade presente nas escolas. Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo apresentar estratégias pedagógicas inclusivas para o ensino de artes visuais, objetivando ampliar a participação de alunos com necessidades educacionais especiais em contextos escolares, com base na abordagem triangular de Ana Mae Barbosa (1991). Desta forma, os procedimentos metodológicos incluíram revisão bibliográfica e pesquisa de práticas pedagógicas que contemplem adaptações curriculares. Durante o processo, busquei refletir sobre a adaptação de estratégias para contemplar a diversidade presente em sala de aula, priorizando a flexibilidade curricular, por meio da realização de atividades lúdicas, dinâmicas e envolventes, contribuindo para o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes independentemente de especificidades. Nessa perspectiva, o uso da argila mostrou-se um recurso pedagógico valioso, pois, proporciona desenvolvimento da coordenação motora por meio da exploração tátil. Por ser um material maleável permite que os alunos exercitem sua criatividade, tornando o processo de aprendizagem mais sensível e significativo. Da mesma forma, a confecção de móveis inspirados na arte cinética, revelou-se uma potente proposta de atividade prática para que os alunos compreendessem de forma concreta o conceito de movimento. Essas experiências, enfatizam que o ensino de artes quando planejado de forma acessível reduz barreiras e

ampla as oportunidade de participação, deste modo, a prática educativa dos professores deve ser capaz de acolher a diversidade e oferecer oportunidades de aprendizado que respeitem as diferenças para o desenvolvimento de cada estudante de maneira equitativa.

Palavras-chave: artes; ensino; inclusão.

Referências

FISCHER, E. A necessidade da arte. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2007.

MENDES, Rodrigo Hübner (Org.). Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

BARBOSA, Ana Mae. Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

EIXO II

Entre barreiras e
possibilidades
para o olhar
sobre a
Deficiência

The graphic features several thick, dark blue lines and curves on a white background. One curve starts from the right edge and sweeps downwards and to the left. Another curve starts from the bottom left and sweeps upwards and to the right. A third curve starts from the bottom left, goes vertically up, then horizontally right, and finally curves upwards and to the right. These lines create a sense of movement and depth, framing the text.

ACESSIBILIDADE DIDÁTICA NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA DOCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

OLIVEIRA, Daniel do Nascimento

Pós-doutorando no Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM);
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); e-mail:
daniel.oliveira.100@ufrn.edu.br

GUTIERRE, Liliane dos Santos

Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
professora associada do departamento de
Matemática da UFRN; docente dos programas de Pós Graduação em
Ensino de Ciências (PPGECNM) e
Matemática e Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM), ambos da
UFRN; liliane.gutierre@ufrn.br

Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de pós-doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que tem como propósito compreender como processos de formação continuada podem favorecer o desenvolvimento profissional de uma professora com deficiência visual que ensina Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O foco desta comunicação é discutir o papel da Didática Multissensorial (DM), proposta por Soler (1999), como eixo estruturante de um Ciclo Formativa Piloto voltada à promoção de práticas pedagógicas mais acessíveis, reflexivas e inclusivas. A abordagem metodológica adotada é qualitativa e bibliográfica, conforme Steck (2011), por buscar compreender significados e interpretar as experiências humanas em seus contextos sociais e educativos. A DM parte do princípio de que o conhecimento se constrói por meio da interação entre diferentes sentidos: visão, audição, tato, olfato e paladar. E que, no ensino de Matemática, a ampliação dessas experiências pode potencializar a aprendizagem de conceitos abstratos, especialmente em contextos de diversidade sensorial. Os resultados parciais, oriundos de um levantamento bibliográfico, indicam que o ensino da Matemática ainda se desenvolve

predominantemente por meio de recursos e estratégias visuais, o que impõe barreiras significativas à aprendizagem e à prática pedagógica de pessoas com deficiência, sobretudo aquelas com deficiência visual. Nesse sentido, a proposta de formação continuada busca romper com essa hegemonia visual, integrando a Didática Multissensorial como caminho para favorecer a equidade e a inclusão de professores e estudantes com deficiência. As discussões e construções teórico-metodológicas estão sendo desenvolvidas de forma colaborativa proposto por Ferreira (2006), em parceria com membros do Grupo Potiguar de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (GPEP/UFRN). O estudo pretende complementar outras abordagens teóricas e contribuir para o fortalecimento de práticas educativas baseadas na acessibilidade e na valorização da diversidade sensorial.

Palavras-chave: Formação continuada; Didática Multissensorial; Ensino de Matemática; Deficiência visual; Inclusão.

Referências

FERREIRA, A. C.. Trabalho colaborativo e desenvolvimento profissional de professores de matemáticas: reflexões sobre duas experiências brasileiras. *Quadrante*, v. 15, p. 121-144, 2006.

SOLER, M. A. Didática multissensorial de las ciencias: un nuevo método para alumnos ciegos, deficientes visuales, y tambien sin problemas de vision. 2º ed. Ediciones Paidós Ibérica S.A., Barcelona, 1999.

STAKE, R. E. Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DIDÁTICA:

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM E DIDÁTICA MULTISSENSORIAL

FARIAS, Raene Galvão

Mestra em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECNM) pela
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN); raene.farias.087@ufrn.edu.br.

OLIVEIRA, Daniel do Nascimento

Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e
Matemática (PPGECM) da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
daniel.oliveira.100@ufrn.edu.br

GUTIERRE, Liliane dos Santos

Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
professora associada do departamento de
Matemática da UFRN; docente dos programas de Pós Graduação em
Ensino de Ciências (PPGECNM) e
Matemática e Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM), ambos da
UFRN; liliane.gutierrez@ufrn.br

Este resumo, tem como objetivo apresentar um trabalho desenvolvido de forma colaborativa entre uma doutoranda e um pós-doutorando vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A proposta busca reconhecer as lacunas e barreiras existentes no construto teórico Critérios de Adequação Didática (CAD), com ênfase no Critério de Adequação Epistêmica, no contexto do ensino de Matemática em uma perspectiva inclusiva. O marco teórico se baseia na discussão da integração do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) (Muzzio, 2022) e a Didática Multissensorial (DM) aos CAD, adotando uma abordagem qualitativa, exploratória e analítica (Stake, 2011). Exploramos os componentes e indicadores do Critério Epistêmico, conforme Sánchez e Font (2025), buscando compreender em que medida esses critérios contemplam as múltiplas formas de aprendizagem de todos os estudantes,

sejam eles, com ou sem deficiência. Os resultados parciais indicam que, embora os CAD contribuam para assegurar o rigor conceitual e a clareza do Ensino de Matemática, ainda apresentam lacunas significativas na atenção à diversidade e à heterogeneidade das salas de aula atuais, nas quais há um número crescente de alunos com necessidades educacionais específicas. Observa-se que os CAD, em sua forma atual, não contemplam plenamente as múltiplas aprendizagens e os diferentes modos de representação e expressão. Diante disso, propomos a integração dos princípios do DUA e da DM em alguns componentes que não são plenamente atendidos, bem como a inclusão de novos indicadores que promovam práticas pedagógicas acessíveis e significativas para todos os estudantes. Conclui-se que repensar os CAD sob a ótica da inclusão e da diversidade é essencial para assegurar uma Matemática verdadeiramente acessível e epistemologicamente coerente. Novos dados e discussões ampliadas serão apresentados em trabalhos futuros, em eventos e publicações científicas.

Palavras-chave: adequação didática; critério epistêmico; desenho universal para aprendizagem; didática multissensorial; educação inclusiva.

Referências

MUZZIO, A. L. O jogo matemático com princípios do desenho universal para aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2022.

SÁNCHEZ, A., FONT, V. (2025). UNA PROPUESTA DE INTEGRACIÓN DEL DISEÑO UNIVERSAL PARA EL APRENDIZAJE CON LOS CRITERIOS DE IDONEIDAD DIDÁCTICA.

SOLER, M. A. Didáctica multissensorial de las ciencias: un nuevo método para alumnos ciegos, deficientes visuales, y tambien sin problemas de vision. 2º ed. Ediciones Paidós Ibérica S.A., Barcelona, 1999.

O OLHAR QUE TRANSFORMA:

ACESSIBILIDADE COMO POTÊNCIA

CRIATIVA NA ARTE-EDUCAÇÃO

GAMA, Erick Micael de Sousa

Graduando em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; sousa.gama.095@ufrn.edu.br

FIRMO, Rayssa de Lima

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; rayssa.firmo.123@ufrn.edu.br

LÚCIO, Josilene Ferreira

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; josinovo01@gmail.com

O presente trabalho apura as relações entre acessibilidade, arte e educação, averiguando como práticas artístico-pedagógicas podem alterar as percepções sobre a diferença no contexto educacional. Parte do princípio de que o acesso à expressão criativa é um direito humano essencial, buscando demonstrar como experiências estéticas acessíveis funcionam como catalisadoras de uma compreensão mais ampla e enriquecida da diversidade humana. A metodologia, se apoia em referenciais da educação inclusiva, das pedagogias críticas e dos estudos culturais da deficiência, analisando iniciativas artísticas que tratam a acessibilidade não como adendo, mas como elemento central em sua concepção e desenvolvimento. A investigação mostra que a arte constitui terreno fértil para desconstruir narrativas sobre a deficiência, substituindo enfoques compensatórios por abordagens que valorizam a diferença como recurso criativo genuíno. Práticas como a audiodescrição experimental, e a escultura tátil, e a tradução intersensorial em dança e as experiências musicais vibroacústicas não apenas removem barreiras de participação, mas geram novas linguagens artísticas e metodologias educativas. Conclui-se que a verdadeira acessibilidade, quando aplicada à arte-educação, ultrapassa adaptações técnicas e se consolida como gesto político e poético permanente: um convite à reinvenção do olhar, no qual a limitação é ressignificada como repertório singular e as barreiras cedem lugar a experiências estéticas coletivas e plurais. Assim, a educação, ao integrar de modo consciente essa lógica inclusiva e criativa, transforma-se em um

espaço dinâmico de negociação, aprendizado e ampliação de sentidos, onde toda forma de existência encontra não apenas aceitação, mas também seu lugar legítimo de fala, escuta e criação compartilhada.

Palavras-chave: Acessibilidade cultural; Mediação artística; Diversidade; Processos criativos.

Referências

OLIVEIRA, Mariane Dara Lopes et al . Educação inclusiva e ensino de Artes. Rev. psicopedag., São Paulo, v. 40, n. 123, p. 403-416, set. 2023.

SILVA, Drieli Caroline Gaona da. Entremeios: diálogos sobre acessibilidade cultural na escola. São Paulo: Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) — Instituto de Artes, Unesp.

MIANES, F. L. A audiodescrição nos processos de ensino e aprendizagem

ENTRE O OLHAR E O SILÊNCIO:

AS BARREIRAS ATITUDINAIS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

GAMA, Erick Micael de Sousa

Graduando em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
sousa.gama.095@ufrn.edu.br

CARDOSO, Messias Eduardo dos Santos

Graduando em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
messias.cardoso.111@ufrn.edu.br

Apesar dos avanços legais e estruturais, as barreiras mais persistentes à inclusão continuam sendo invisíveis, são as que se manifestam no olhar social, nas práticas cotidianas e nas narrativas que reduzem a deficiência à falta, à carência ou à incapacidade. Este trabalho, de caráter teórico e reflexivo, propõe discutir as representações sociais da deficiência à luz dos estudos culturais e dos estudos da deficiência, compreendendo o discurso como força que molda realidades, define identidades e sustenta desigualdades. Parte da ideia de que a forma como falamos, nomeamos e olhamos define também quem pode ser visto, ouvido e legitimado como sujeito de direitos no espaço acadêmico e social. Assim, questiona-se o discurso da empatia caridosa, que, sob aparência de acolhimento, reforça práticas paternalistas e impede a plena agência das pessoas com deficiência, aprisionando-as em papéis de passividade e gratidão. A reflexão propõe deslocar o olhar da deficiência como limitação individual para a deficiência como diferença constitutiva da experiência humana e expressão legítima da diversidade. Esse movimento implica romper com o regime de significados que associa normalidade à superioridade e deficiência à ausência, substituindo a lógica da tolerância pela lógica do reconhecimento. Ao propor uma ética do olhar que valorize a multiplicidade dos corpos, saberes e modos de ser, este trabalho busca contribuir para a consolidação de uma cultura universitária mais sensível, equitativa e crítica, em que a diferença seja compreendida como força criadora e fundamento de uma convivência verdadeiramente democrática. Intenta-se, para tal, a adoção de estratégias formativas, práticas de representatividade e espaços de coautoria que promovam pleno reconhecimento e autonomia.

Palavras-chave: Deficiência; Barreiras Atitudinais; Discurso; Inclusão; Diversidade.

Referências

OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça; ARAUJO, Clarissa Martins de. A Representação Cultural da Deficiência nos Discursos Midiáticos do Portal do Professor do MEC. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 22, n. 1, p. 65-78, mar. 2016.

LACERDA, Pétala; DIAS, Gilmar Lopes; PAULA, Maria Ângela Boccara de; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Representações sociais da deficiência: revisão da literatura. *Anais do XV Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação*, Universidade do Vale do Paraíba, 2011.

PLAISANCE, Eric. Ética e inclusão. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 13-43, abr. 2010.

"CRIP TIME"

Universidade e Cooperativismo no campo das possibilidades

GAMA, Erick Micael de Sousa.

Graduando em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
sousa.gama.095@ufrn.edu.br

JACINTO, Roseélene Rúdrya Freire.

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
rudrya.freire.704@ufrn.edu.br

RODRIGUES, Luana Karoline do Nascimento.

Graduanda em Pedagogia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
luanakaroline263@gmail.com

Este trabalho parte do eixo constituído da ideia de atribuir um olhar sobre as barreiras da deficiência para investigar, a partir de uma perspectiva filosófica e sociológica, como a tríade conceitual formada pelo “Crip Time”, pelo ambiente universitário e pelos princípios do cooperativismo pode reconfigurar radicalmente a compreensão da acessibilidade. O objetivo central é demonstrar que a interseção dessas três dimensões não se limita a criar adaptações, mas propõe uma transformação estrutural das lógicas de tempo, produtividade e convívio acadêmico. Metodologicamente, o estudo se atribui de uma abordagem teórica e reflexiva, articulando os estudos da deficiência com a crítica social ao capacitismo e às epistemologias do tempo. A análise revela que a barreira central não reside no corpo da pessoa com deficiência, mas na tirania do tempo linear e competitivo que rege a universidade, cujo ambiente já está comprometido por pensamentos competitivos gerando exclusão e sofrimento. O “Crip Time”, compreendido como a resignificação política e corpórea do tempo, emerge como uma ferramenta para descolonizar os ritmos de aprendizagem e produção de conhecimento. Quando articulado à estrutura colaborativa do cooperativismo, que valoriza a interdependência e o apoio mútuo, esse conceito permite vislumbrar a universidade como uma comunidade de aprendizagem plural. Os resultados apontam que esta associação gera uma possibilidade concreta, a de uma ecologia acadêmica onde a experiência da deficiência, longe de ser um problema, se torna um princípio organizador gerador de espaços mais éticos, profundos e verdadeiramente inclusivos para todos, superando a mera inclusão para alcançar uma reformainstitucional fundamentada na justiça temporal.

Palavras-chave: Crip Time; Universidade; Cooperativismo; Deficiência; Justiça Temporal.

Referências

DAL-SOTO, Fábio; MONTICELLI, Jefferson Marlon. *Estratégias de coopetição na educação superior brasileira*. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 57, n. 1, p.65-78, jan./fev. 2017

MALHOTRA, Ravi; MOIZER, Jacqueline. *Crip Time, Castoriadis, and Transcending the Duty to Accommodate in the Workplace*. Dalhousie Law Journal, Halifax: Canadá, v.48, n. 1, p. 51-82, 2025

STERNE, Jonathan. *Disability Studies in the Wake of Disability Justice*. American Literary History, v. 36, n. 4, p. 1149–1160, 2024.

